

Superior Tribunal de Justiça

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.491.344 - SC
(2019/0124867-9)**

**RELATOR : MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
EMBARGANTE : KAUAN ROBERTO PONTES
ADVOGADO : MARCELO GONZAGA - SC019878
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

EMENTA

PENAL E PROCESSO PENAL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO E A PRINCÍPIOS CONTIDOS NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. VÍCIOS DO ART. 620 DO CPP. CONTRADIÇÃO E OMISSÃO. INEXISTÊNCIA. DECISÃO EMBARGADA SUFICIENTEMENTE FUNDAMENTADA. EMBARGOS REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de **embargos de declaração** opostos por **KAUAN ROBERTO PONTES** contra decisão de fls. 825-830 na qual não se conheceu do agravo em recurso especial por ausência de impugnação aos fundamentos da decisão que inadmitiu o apelo nobre.

Consta dos autos que o MM. Juízo de 1º Grau **condenou** o ora embargante pela prática do delito previsto no art. 33, **caput**, da Lei n. 11.343/2006, e do art. 16, parágrafo único, inciso IV, da Lei n. 10.826/2003, nos termos do art. 69, **caput**, do Código Penal, à pena de **6 (seis) anos e 8 (oito) meses de reclusão**, no regime inicial **semiaberto**, mais 510 dias-multa (fls. 395-414).

O eg. Tribunal de origem, em decisão unânime, negou provimento ao recurso de **apelação criminal** interposto pela Defesa, para manter a sentença condenatória recorrida (fls. 546-557). Eis a ementa do acórdão:

"APELAÇÃO CRIMINAL - TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES (LEI N. 11.343/06, ART. 33, CAPUT) E PORTE DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA

Superior Tribunal de Justiça

(LEI N. 10.826/03, ART. 16, PARÁGRAFO ÚNICO, IV) - SENTENÇA CONDENATÓRIA - INSURGÊNCIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DA DEFESA.

PRELIMINAR DE NULIDADE POR INÉPCIA DA DENÚNCIA - TESE JÁ ANALISADA POR OCASIÃO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO - NÃO CONHECIMENTO.

TRÁFICO - MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS - PALAVRAS DOS POLICIAIS FIRMES E HARMÔNICAS - CIRCUNSTÂNCIAS DA PRISÃO QUE FAZEM A AUTORIA RECAIR SOBRE A PESSOA DO RÉU - CONDENAÇÃO MANTIDA.

PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA - ARTEFATO ENCONTRADO NO INTERIOR DA MOCHILA DO RÉU - NEGATIVA DE AUTORIA DERRUÍDA PELAS PALAVRAS DOS POLICIAIS RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO - CONDENAÇÃO MANTIDA.

DOSIMETRIA - SEGUNDA FASE - REDUÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL - SÚMULA N 231 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - ENUNCIADO COM AMPLA APLICABILIDADE NESTE TRIBUNAL - PENA READEQUADA - PRETENSO RECONHECIMENTO DO TRÁFICO PRIVILEGIADO - INVIABILIDADE - QUANTIDADE E NATUREZA DOS ENTORPECENTES QUE REVELAM A DEDICAÇÃO AO TRÁFICO - RECURSO DA ACUSAÇÃO PROVIDO E DA DEFESA PARCIALMENTE CONHECIDO E DESPROVIDO."

Opostos **embargos de declaração**, pela combativa Defesa, foram eles rejeitados, à unanimidade de votos (fls. 645-648).

Sobreveio **recurso especial**, interposto com fulcro na alínea **a** do permissivo constitucional, no qual se alegou violação ao art. 41, do Código de Processo Penal, e aos arts. 59, 65, inciso I, e 68, todos do Código Penal, e ao art. 33, § 4º, da Lei n. 11.434/2006 (fls. 727-756). Para tanto, mencionou que:

a) *"No caso em comento a denúncia exarada pelo digno Promotor de Justiça é confusa e não demonstra com clareza como ocorreram os fatos e qual foram às condutas perpetradas pelo Réu, confundindo e dificultando a correta compreensão do suposto delito, inviabilizando, assim, o mais amplo contraditório e a ampla defesa"* (fl. 741);

b) *"a possibilidade de diminuição da pena base abaixo do mínimo*

Superior Tribunal de Justiça

legal em razão de circunstância atenuante está sedimentada na atual Parte Geral ao Código Penal e na Constituição da República" (fl. 746);

c) "clama a Defesa que seja mantida a pena abaixo do mínimo legal em razão de circunstância atenuante da menoridade penal, artigo 65, inciso I, do Código Penal" (fl. 747);

d) "[...] como os recorrentes são primários, de bons antecedentes e não há nos autos prova de que integrem organização criminosa ou de que se dediquem às atividades ilícitas, deverá ser mantida a redução da pena nos exatos termos do supracitado artigo" (fl. 752).

O especial foi inadmitido na origem pelos seguintes fundamentos, quais sejam: **a)** aplicação das **Súmulas n. 283 e 284**, ambas do STF; **b)** incidência da **Súmula n. 231/STJ**; **c)** aplicação da **Súmula n. 7/STJ**; e **d)** incidência da **Súmula n. 83/STJ** (fls. 772-779).

Foi interposto o respectivo **agravo**, no qual se repisou, em apertada síntese, os argumentos expendidos no apelo nobre (fls. 781-795).

O Ministério Público Federal, em seu d. parecer, manifestou-se pelo **não conhecimento** do agravo (fls. 819-821).

Em **decisão** de fls. 825-830, o e. Min. Felix Fischer não conheceu do agravo em recurso especial, nos termos da ementa a seguir transcrita:

"PENAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO COM NUMERAÇÃO SUPRIMIDA. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL QUE NÃO REFUTA TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE. NÃO CONHECIMENTO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO."

Daí a oposição dos presentes **embargos de declaração**, por meio dos quais se alega a ocorrência de **omissão** e de **contradição** no **decisum** embargado, ao argumento de que:

a) "[...] a análise do Agravo se deu de forma sintética, ferindo de morte o disposto no art. 93, inciso IX da CF/88, bem como os demais

Superior Tribunal de Justiça

dispositivos referidos na peça" (fl. 835);

b) *"[...] se requer a declaração do decisor para que sejam supridas as omissões, eis que o pleito não foi analisado a luz do art. 5º, incisos LIV e LV, e art. 93, inciso IX, ambos da Lei Maior" (fl. 835). Aduz, no ponto, que "deseja tão-somente que se declare as omissões constante da decisão guerreada referente a análise do dispositivo infraconstitucional, fundamentando a decisão na ótica do mandamento constitucional do art. 93, inciso IX da Magna Carta, sob pena de restar violado o art. 5º, inciso LV, também da Lei Maior" (fl. 835).*

Requer, ao final *"sejam supridas as omissões perscrutadas alhures, notadamente a omissão relativa a ausência de fundamentação (art. 93, inciso IX, da CF/88) intrínseca ao caso concreto" (fl. 836).*

É o relatório.

Decido.

Inicialmente, no que concerne às alegações de que há violação a dispositivos e a princípios de extração constitucional, sob o argumento de que *"[...] a análise do Agravo se deu de forma sintética, ferindo de morte o disposto no art. 93, inciso IX da CF/88, bem como os demais dispositivos referidos na peça" (fl. 835), e de que "deseja tão-somente que se declare as omissões constante da decisão guerreada referente a análise do dispositivo infraconstitucional, fundamentando a decisão na ótica do mandamento constitucional do art. 93, inciso IX da Magna Carta, sob pena de restar violado o art. 5º, inciso LV, também da Lei Maior" (fl. 835),* diviso que os aclaratórios não merecem acolhimento.

Isso, porque **não** cabe a esta Corte se manifestar, em sede de recurso especial, sobre as alegadas violações, **ainda que para fins de prequestionamento**, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal. Nesse sentido:

***"EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO
REGIMENTAL. NÃO INDICAÇÃO DE QUALQUER DOS VÍCIOS
DO ART. 619 DO CPP. EXAME DE VIOLAÇÃO A***

Superior Tribunal de Justiça

DISPOSITIVOS DA CF. NÃO CABIMENTO.

[...]

3. *Consoante reiterado entendimento desta Corte, é incabível o exame de matéria constitucional em sede de recurso especial, ainda que para fins de prequestionamento.*

4. *Embargos de declaração rejeitados*" (EDcl no AgRg no REsp n. 1.350.825/MG, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Jorge Mussi**, DJe de 12/2/2014, grifei).

"PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO A DISPOSITIVO DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA EM SEDE DE RECURSO ESPECIAL. VIA INADEQUADA. DECISÃO MANTIDA. DOSIMETRIA. SEGUNDA FASE. PLEITO DE REDUÇÃO AQUÉM DO MÍNIMO LEGAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 231/STJ. VEDAÇÃO EXPRESSA. PRECEDENTES. SÚMULA N. 568/STJ. PRECEDENTES. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

I - Não cabe a este Superior Tribunal de Justiça se manifestar, em sede de recurso especial, sobre pretensa violação a dispositivo da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência constitucional do Pretório Supremo Tribunal Federal.

[...]

Agravo regimental desprovido." (AgRg no AREsp n. 1.261.222/RN, **Quinta Turma**, Rel. Min. **Felix Fischer**, DJe de 4/6/2018, grifei).

Feitas essas considerações, cumpre mencionar que são cabíveis embargos de declaração quando houver na decisão embargada qualquer contradição, omissão ou obscuridade a ser sanada, a teor do disposto no art. 620, **caput**, do Código de Processo Penal. Podem também ser admitidos para a correção de eventual erro material, consoante entendimento preconizado pela doutrina e jurisprudência, sendo possível, excepcionalmente, a alteração ou modificação do **decisum** embargado.

Não há, na hipótese, qualquer **omissão** ou **contradição** a serem sanadas.

O que pretende o embargante, na verdade, é o reexame da matéria já julgada, situação que, ressalte-se, não se coaduna com a estreita via dos

declaratórios.

Com efeito, no **decisum** objurgado, foi explicitado, sim, o motivo pelo qual não se conheceu do agravo em recurso especial, qual seja, a ausência de impugnação aos fundamentos empregados pelo eg. Tribunal **a quo** para inadmitir o apelo nobre respectivo. Para melhor elucidação, confira-se o seguinte excerto da decisão ora embargada, no que interessa ao caso (fls. 825-830):

*"O agravo **não** merece ser conhecido.*

*Conforme mencionado, o especial foi inadmitido na origem pelos seguintes fundamentos, quais sejam: **a)** aplicação das **Súmulas n. 283 e 284**, ambas do STF; **b)** incidência da **Súmula n. 231/STJ**; **c)** aplicação da **Súmula n. 7/STJ**; e **d)** incidência da **Súmula n. 83/STJ** (fls. 772-779).*

*Neste agravo, contudo, a Defesa, resumidamente, limitou-se a reiterar os argumentos expendidos no apelo nobre. Com efeito, o agravante deixou de infirmar, **de maneira adequada e suficiente**, todas as razões apresentadas pelo eg. Tribunal de origem para negar trânsito ao recurso especial, quais sejam, o **terceiro** e o **quarto fundamentos**, relativos, respectivamente, à incidência das **Súmula n. 7 e 83, ambas do STJ**. Não trouxe o recorrente fundamentos válidos a demonstrar a não aplicação dos referidos verbetes sumulares.*

*Não refutou a incidência da **Súmula n. 7/STJ**, sequer apontou no acórdão reprochado trechos nos quais restasse demonstrado que a análise do recurso não demandaria o revolvimento do acervo fático-probatório delineado nos autos.*

*Limitou-se o recorrente a mencionar, sobre a **quaestio**, resumidamente, que: "A Defesa em nenhum momento objetiva o reexame das provas dos autos, mas sim a observância da contrariedade e negativa à lei federal, discutindo o mérito do processo para elucidar tão somente a norma infraconstitucional violada" (fl. 788).*

*De igual modo, em relação à aplicação da **Súmula n. 83/STJ**, não houve a devida refutação no presente agravo. Disse o agravante, tão somente, que "o referido entendimento, que há que se respeitar, vai de encontro com o mais atual e amplamente majoritária jurisprudência de outros Tribunais pátrios, esposada no corpo do recurso raro, que a Defesa deixa de transcrever para ser fastidioso" (fl. 793).*

De fato, não trouxe nenhum precedente em sentido contrário ao que mencionado pelo eg. Tribunal de origem, quando da inadmissão do apelo nobre.

*Conforme ressaltado pelo ilustre representante do Ministério Público Federal, em seu d. **parecer**: "O agravo é tempestivo, mas não impugna especificamente os fundamentos da decisão de inadmissibilidade. Deixou de desenvolver adequadamente argumentos que refutem os óbices apontados na*

Superior Tribunal de Justiça

decisão de inadmissibilidade, sobretudo quanto as Súmulas n. 284 do STF e 83 do STJ" (fl. 820).

*Desse modo, a ausência de impugnação, **específica e fundamentada**, dos fundamentos empregados pela eg. Corte de origem para impedir o trânsito do apelo nobre impede o conhecimento do agravo, cujo único propósito é demonstrar a inaplicabilidade dos motivos indicados na decisão de inadmissibilidade do recurso por meio de impugnação específica de cada um deles. Este é o teor do art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil/2015, que autoriza o relator a não conhecer de recurso que tenha deixado de impugnar os fundamentos da decisão recorrida.*

Além do mais, o art. 253, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, com redação dada pela Emenda Regimental n. 22/2016, autoriza o relator a não conhecer do agravo que descumpra a tarefa de infirmar as razões de decidir que levaram ao trancamento do recurso especial. Ilustrativamente:

[...]

*Conforme entendimento assentado nesta Corte, "deve a parte recorrente impugnar, de maneira específica e pormenorizada, todos os fundamentos da decisão contra a qual se insurge, não bastando a formulação de alegações genéricas em sentido contrário às afirmações do julgado impugnado ou mesmo a insistência no mérito da controvérsia" (AgRg no AREsp n. 705.564/MG, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Sebastião Reis Júnior**, DJe de 25/8/2015).*

Portanto, em respeito ao princípio da dialeticidade, a impugnação à decisão deve ser clara e suficiente a demonstrar o equívoco na sua negativa em todos os pontos indicados pela decisão que negou trânsito ao recurso.

*Diante do exposto, **não conheço** do agravo nos termos do art. 253, parágrafo único, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça."*

Desse modo, conclui-se que a decisão objurgada demonstrou, de fato, o motivo pelo qual não conheceu do agravo em recurso especial, qual seja, o fato de o acórdão recorrente não ter impugnado, de forma específica e fundamentada, os argumentos expendidos pelo eg. Tribunal a quo para inadmitir o recurso especial.

Assim, considerando todas essas circunstâncias, não se vislumbra qualquer **omissão** ou **contradição** na decisão ora embargada.

Ante o exposto, **rejeito os embargos de declaração**.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)
Relator

